



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE
CIRCO**

**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



04 de
JULHO
2022

MULHER É DETIDA AMEAÇAVA POLICIAIS

Militares capturaram Adera Ellem, em São Miguel do Guamá, nordeste do Pará

REPRESSÃO AO CRIME

JR Avelar

Nem bem Adera Ellem dos Santos, 26, comemorava a repercussão de um "post" nas redes sociais com ameaças de uma facção criminosa contra policiais militares e jornalistas de São Miguel do Guamá, região nordeste do Pará, e ela já acabou presa e autuada em flagrante.

A postagem começou a viralizar nas redes sociais na noite da última quinta-feira (30), reivindicada por uma facção criminosa colocando "cabeça a prêmio" de vários policiais militares que atuam no combate ao crime no município, bem como a jornalistas que divulgam o trabalho policial.

Adera Ellem dos Santos está custodiada em presídio feminino em Belém, depois que foi autuada por associação criminosa, ameaça e coação. Ela é apontada pela polícia como membro da facção criminosa Comando Vermelho, atuando como "influencer" do bando.

Conforme investigações da polícia, Adera dos Santos estava infiltrada em um grupo de troca de mensagens no qual circulam notícias do município.

Dentro do grupo, a jovem teria feito ameaças de morte a policiais e a jornalistas responsáveis por administrar o grupo e, desde então, passou a ser monitorada pelas autoridades policiais daquela região.

Ela foi presa dentro da casa onde morava, no km-14 da rodovia BR-010, na zona rural do município de Irituia, de onde na posse de dois aparelhos de celular disparava as ameaças acreditando que jamais a polícia iria descobrir.

CONFISSÃO

Na delegacia, ao ser ouvida em depoimento, Adera dos Santos confessou as ameaças e afirmou pertencer a facção criminosa e que estaria apenas cumprindo ordens de um homem identificado como Alex Magal, que seria um dos líderes da facção na região e que está foragido com a polícia em seu encalço.

A "influencer criminosa" passou o final de semana prestando depoimento, dando informações importantes e, em seguida, foi mandada para realizar exames de corpo e delito e posteriormente encaminhada ao Centro de Recuperação Feminino no Coqueiro. Agora ela está à disposição do Poder Judiciário de São Miguel do Guamá.



A acusada confessou a autoria das mensagens que enviava em um grupo. Ela seria integrante do Comando Vermelho
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**SEGUNDA-FEIRA**

**HOMEM ARMADO MATA LADRÃO,
FERE OUTRO E IMPEDE ASSALTO.**
PÁGINA 7

Diário do Pará

POLÍCIA

COMBATE AO CRIME DOIS PRESOS EM CAMETÁ

ABORDAGENS

JR Avelar

Uma equipe do serviço de Recobrimento Alfa, na viatura 9840, do 32º Batalhão de Cametá, região nordeste do Pará, com o sargento Warner e soldados Furtado e Maxwell, no serviço realizado na última quinta-feira (30), saiu às ruas com a missão de servir e proteger as pessoas e o patrimônio no município, a fim de garantir a ordem pública.

Na saída da guarnição, por volta das 10h, os militares atenderam a uma solicitação do juiz de Direito, Marcos Campos Barroso Rebelo, na qual decretou a prisão preventiva de Mesaque Melo Tavares, depois de deliberar acerca de provas existenciais do crime, indícios suficientes de autoria, além da garantia da ordem pública.

O magistrado mandou que recolhesse a cadeia pública Mesaque Melo Tavares, que foi encontrado na rua Central, e após

ser certificado da decisão foi encaminhado à delegacia de Polícia Civil de Cametá e o fato comunicado ao juiz da Comarca.

TRÁFICO DE DROGAS

De volta às ruas, no mesmo dia, no período da tarde, a guarnição do Recobrimento Alfa, por volta das 17h30, na rua Santo Antônio, bairro Castanhal, avistou um cidadão em atitude suspeita, que tentou fugir, mas acabou abordado e foi identificado como Lucas de Sousa dos Santos.

Ao realizar a busca pessoal no suspeito, foi constatado o flagrante delito, uma vez que o criminoso estava na posse de cinco pedras de óxi, uma faca de serra, e um aparelho celular, além da quantia de R\$ 35 em espécie.

Segundo o comandante da guarnição, foi necessário fazer o uso progressivo da força e emprego de algemas em Lucas Sousa dos Santos, que depois foi conduzido até a delegacia de Polícia Civil de Cametá e apresentado a autoridade policial judiciária para as medidas cabíveis.



A Polícia Militar colocou Mesaque Melo Tavares e Lucas de Sousa dos Santos na cadeia por razões diferentes.
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tribunal do Pará implanta nova versão do PJe para integrar à Plataforma Digital

🕒 2 de julho de 2022



Fotoarte: TJPA

O [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#) vai disponibilizar, a partir de segunda-feira (4/7), a nova versão do [sistema Processo Judicial Eletrônico \(PJe\)](#). A atualização para a versão 2.2 permite a integração à [Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro](#), utilizando os módulos e as soluções que são desenvolvidas de forma colaborativa dentro do [Programa Justiça 4.0](#).

A implantação iniciou na quinta-feira (30/6) e segue até às 6h do dia 4 de julho. Durante o período, o PJe está indisponível. Os prazos processuais no TJAP estão suspensos durante a implantação e nos dias seguintes, até sexta-feira

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

(8/7), sem prejuízo da realização das audiências e sessões de julgamento. Até o final da implantação, no dia 4, o peticionamento pode ser feito por meio do correio eletrônico para apreciação de matérias objeto de Plantão Judiciário.

A Plataforma Digital tem como foco o incentivo ao desenvolvimento colaborativo entre os Tribunais, com preservação dos sistemas públicos em produção e consolidando a política para gestão e expansão do PJe. A atualização da nova versão traz uma interface intuitiva e ferramentas de leiaute, campos e ícones que agregam à utilização e à navegação de usuários e usuárias.

Fonte: [TJPA](#)

MACRODESAFIO
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA
NACIONAL DE TIC DE PROTEÇÃO DE DADOS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'Guerra do dendê' no Pará: comunidade denuncia que empresa impede quilombolas e ribeirinhos de pescar e visitar cemitério

De acordo com nova denúncia, a empresa produtora de óleo de dendê descumpra decisão judicial ao impedir que moradores tenham acesso à área da empresa, alvo de disputa entre Agropalma e povos tradicionais da Amazônia.

Por Taymã Carneiro, g1 Pará — Belém
04/07/2022 05h03 · Atualizado há 30 minutos



Quilombola é impedido de acessar o cemitério que abriga ancestrais dos povos tradicionais — Foto: Associação de Ribeirinhos e Quilombolas

Em mais um episódio de tensão na chamada ["guerra do dendê" no Pará](#), comunidades relatam que quilombolas e ribeirinhos cadastrados foram barrados por seguranças armados na portaria da empresa Agropalma e impedidos de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

entrar para pescar e visitar o cemitério ancestral que fica dentro da fazenda, em **desrespeito a uma decisão judicial**.

Um boletim de ocorrência, ao qual o **g1** teve acesso, foi registrado pelos moradores, na semana passada, na cidade de [Tailândia](#), no interior do estado.

De acordo com o acordo assinado pela empresa e lideranças quilombolas, "as partes afirmam ter conhecimento de que rios e margens tratam-se de bens públicos e uso comum que, portanto, **não podem impor obstáculos ou restrições à circulação, tampouco à realização de atos como a pesca**".

Em nota, a Agropalma disse que "não compactua com ações ou atitudes que impliquem em violência física e fornece orientações claras a esse respeito às suas equipes de segurança" - **veja posicionamento completo ao final**.

A região é um dos **principais focos de conflito** que tem como pano de fundo o negócio bilionário do dendê. O Pará responde por 88% da produção de óleo do Brasil.



Fruto de palma na Amazônia tem uma série de aplicações na indústria — Foto: Reprodução / Embrapa

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As fazendas de palma têm avançado sobre territórios indígenas na Amazônia já demarcados, que, em tese, deveriam ser protegidos. O mesmo acontece em outras áreas quilombolas ainda em fase de reconhecimento, em processos que se arrastam há anos.

As comunidades sofrem ainda com o **impacto ambiental**, como a contaminação da água, e **ameaças a lideranças locais**. A aquisição de fazendas na região também envolve acusação de grilagem e cartório-fantasma.

Uma decisão da Justiça determina que quilombolas cadastrados possam acessar uma fazenda da Agropalma onde há um dos cemitérios da população local.

Os moradores vão até esses locais, que vivem sob vigilância permanente de seguranças, em especial para as celebrações de finados. A movimentação, invariavelmente, gera conflitos. Além disso, na propriedade da Agropalma há também o rio [Acará](#), fonte de água e pesca para as comunidades ribeirinhas.

A decisão judicial recente, publicada na última sexta-feira (1º), o juiz André Luiz Filo-Creão Fonseca, da Vara Agrária de Castanhal, ratifica a determinação firmada em 17 de fevereiro.

Na ocasião, ele determinou que só poderiam acessar a área os moradores cadastrados na listagem elaborada pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do [Acará](#).

Para entrar no local, quem tiver o cadastro precisa apresentar documento oficial com foto e passar pela portaria da Agropalma. Pela decisão judicial, a entrada por outro local será considerada um acesso clandestino. Segundo a empresa, até o momento, **há 163 cadastrados**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Ribeirinhos e quilombolas barradas no entrada da empresa Agropalma, em Tailândia, nordeste do Pará — Foto: Associação de Ribeirinhos e Quilombolas

No entanto, no **dia 20 de junho**, de acordo com o boletim de ocorrência, mesmo quilombolas listados pela associação foram barrados.

A ocorrência registrada na delegacia afirma que quatro membros da associação foram abordados por dois seguranças da empresa Agropalma, que se apossaram de nove malhadeiras e expulsaram um dos quilombolas que pescavam às margens do rio [Acará](#). Segundo os quilombolas, os seguranças alegaram que eles não tinham direito de pescar naquele local, pois ali era propriedade privada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



'Guerra do dendê': comunidade denuncia que Agropalma impede pesca e visitar cemitério

Já no dia 21, oito seguranças da Agropalma abordaram dois pescadores membros da associação e tomaram três espingardas, além da caça e pesca do grupo, que foi expulso do local sob escolta armada. Os quilombolas também destacam que foram proibidos de acessar o cemitério quilombola que fica na área de plantação da Agropalma.

Na manhã desta segunda-feira (4), a Agropalma divulgou a seguinte nota:

"A Agropalma não compactua com ações ou atitudes que impliquem em violência física e fornece orientações claras a esse respeito às suas equipes de segurança, as quais usam equipamentos compatíveis com a atividade de proteção dos colaboradores, das florestas e do patrimônio da empresa e estão em conformidade com a legislação vigente.

O acordo firmado em juízo com a ARQVA determinou que teriam permissão para livre acesso à área do cemitério os moradores que fossem cadastrados no processo judicial pela associação, com acesso pela portaria da empresa mediante documento de identificação. Desta forma, os seguranças orientam moradores que buscam outros pontos de entrada para que o façam no local adequado, conforme determinação judicial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A empresa informa ainda que, na última semana, identificou um grupo de pessoas acampadas em suas áreas, em uma região afastada do cemitério, o que não se enquadra no acordo judicial. Com esses indivíduos foram recolhidas armas de fogo e de caça sem registro, as quais foram imediatamente entregues à Polícia Militar para a devida averiguação. Por essa razão, a Agropalma registrou um boletim de ocorrência, registrado sob o nº 00081/2022.101668-9, no dia 23/06/2202.

Quanto ao trabalho da Polícia Militar do Estado do Pará, a Agropalma, como qualquer outra organização ou cidadão, aciona a instituição quando observa alguma situação que possa colocar em perigo seus colaboradores ou seu patrimônio."

Dendê causa disputa por terras

Item valioso, o óleo tem uma série de aplicações em diferentes indústrias, como a **alimentícia** (nos segmentos de panificação, confeitaria, produtos lácteos e sorvetes, além de frituras), a **química** e na de **cosméticos e biocombustíveis**.

O negócio movimentava cifras elevadas. Em 2020, o Pará produziu 2,8 milhões de toneladas, segundo dados do governo estadual. Hoje, a tonelada é comercializada por cerca de US\$ 1,7 mil, o que dá, na cotação atual do dólar, em torno de R\$ 10 mil. Usando como base a produção daquele ano, seriam R\$ 28 bilhões.

Duas principais companhias atuam na região há décadas: a Agropalma e a Brasil BioFuels (BBF) - antiga Biopalma.

As cidades com mais áreas ocupadas pelas plantações são Tomé-Açu, [Tailândia](#), [Moju](#) e [Acará](#)- justamente onde também estão os principais focos de tensão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

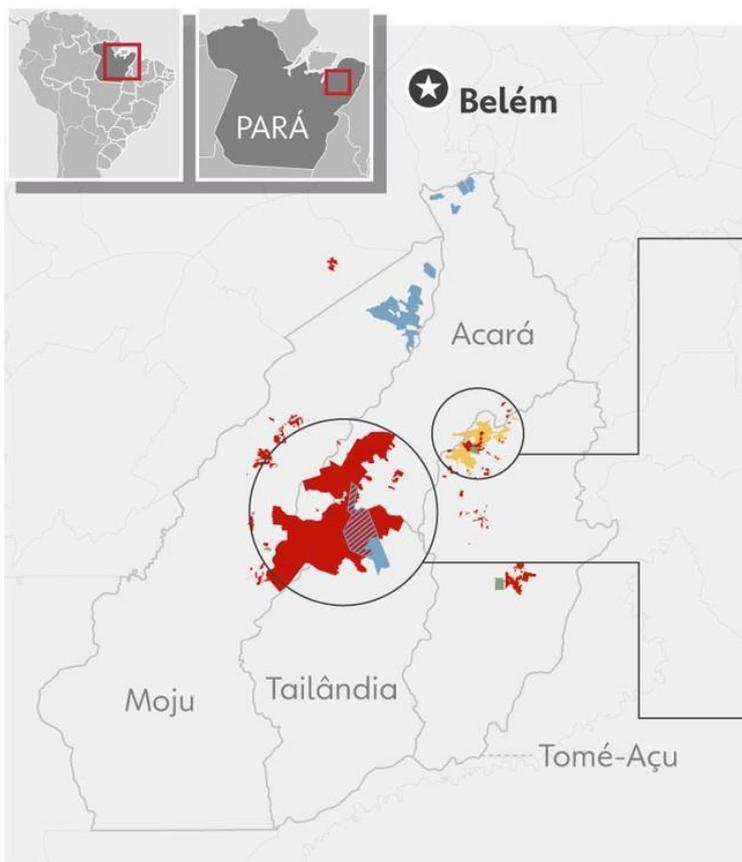
Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Disputa pelo dendê no Pará

Empresas avançam sobre terras indígenas e quilombolas

- Fazendas da Agropalma
- Áreas quilombolas
- Fazendas da BBF
- Áreas indígenas



Comunidades indígenas são cercadas por áreas de plantação da BBF, criando **tensão no entorno de terras protegidas por lei**. Moradores têm sido expulsos do local desde os anos 80.

Ao menos **13 mil hectares** de terra da empresa Agropalma estão sobrepostos em áreas de disputa que quilombolas tentam há anos obter a demarcação

g1 Fonte: Laboratório de Cartografia Social e Geoprocessamento: PNCSA - Campus Abaetetuba; IBGE, 2017; USGS 2015; Agropalma S.A; e Iterpa, 2020

Infográfico elaborado em: 01/07/2022

Mapa mostra áreas de cultivo de dendê onde há mais conflitos — Foto: Arte/g1

Em um cenário de fiscalização frouxa, os episódios de tensão se intensificaram ainda mais nos últimos meses: [indígenas incendiaram ônibus](#) e [valas foram](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[cavadas por empresas para impedir o acesso às comunidades.](#) [Tentativas de conciliação](#) não têm dado certo. [O Ministério Público Federal \(MPF\) defende a federalização no caso](#) dos indígenas.



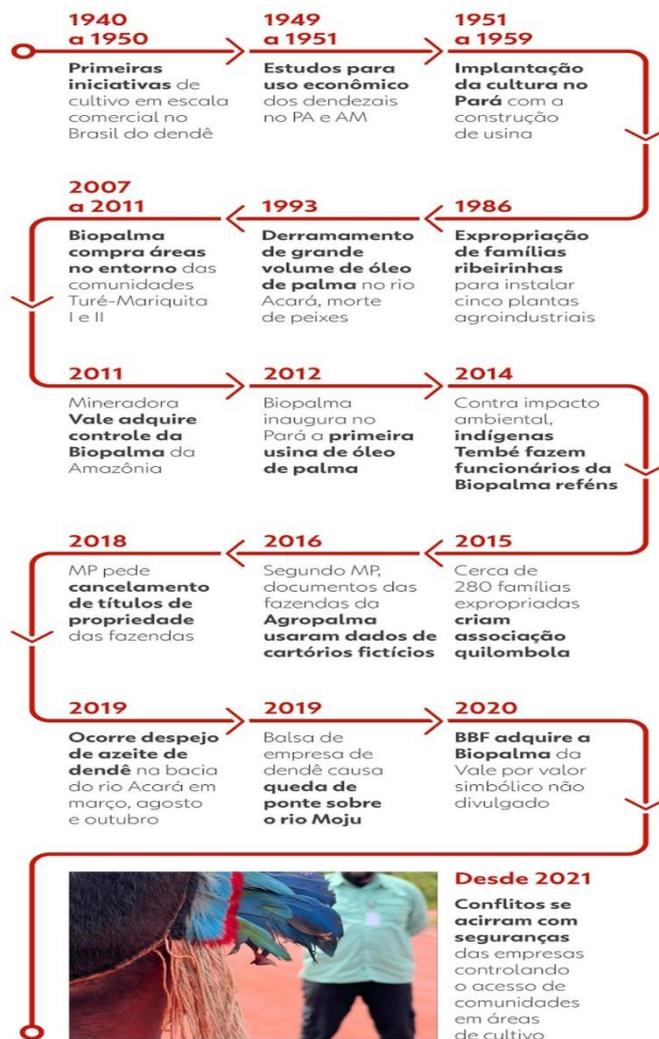
Quilombolas realizam limpeza de cemitério que fica dentro de área controlada pela Agropalma no Pará, em outubro de 2021. — Foto: Reprodução / Associação dos Remanescentes de Quilombos Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Cronologia da expansão do dendê



g1 Infográfico elaborado em: 27/05/2022

Cronologia da expansão do dendê no Pará — Foto: Arte/g1

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Envolvido na morte da irmã Dorothy Stang é acusado de invadir terras públicas no Acre

De acordo com a polícia Civil, Amair é procurado por ameaçar moradores da região e, a partir de agora, por posse ilegal de arma



O Liberal
03.07.22 18h56



A Polícia Civil cumpriu mandados judiciais na Fazenda Canaã, atualmente ocupada pela família de Amair Feijoli, dentro da Floresta Estadual do Antimary, no Acre (Divulgação/Arquivo Pessoal)

Essa semana, a Polícia Civil cumpriu mandados judiciais na Fazenda Canaã, atualmente ocupada pela família de Amair Feijoli, dentro da Floresta Estadual do Antimary, no Acre. Feijoli foi condenado por envolvimento na morte de Dorothy

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Stang, missionária norte-americana assassinada em 2015. Agora, ele é investigado também por se apossar de terras públicas.

Na operação realizada na propriedade, foram apreendidas duas espingardas, um rifle calibre 22, munições e um colete a prova de balas, que, segundo o delegado responsável pelo cumprimento do mandado, pode ser patrimônio das forças de segurança. “Existia uma placa de identificação que foi suprimida, mas a gente tenta verificar se era da Polícia Militar, Polícia Civil ou outra força de segurança”, explicou o delegado Marcus Frank ao G1. Quatro pessoas foram presas por porte ilegal de armas de fogo.

De acordo com a polícia Civil, Amair é procurado por ameaçar moradores da região e, a partir de agora, por posse ilegal de arma. Já o filho dele, Patrick Coutinho da Cunha, é investigado por tentativa de homicídio. Ele teria se envolvido em uma briga motivada por disputa de terra e disparado duas vezes contra um agricultor. “Não localizamos nem ele (Amair) e nem outros familiares”, afirmou o delegado Marcos Frank.

Conhecido como ‘Tato’, Amair Feijoli foi condenado a uma pena de 18 anos por intermediar a morte da missionária Dorothy Stang. De acordo com informações da Justiça do Pará, ele atuou na contratação dos pistoleiros Rayfran das Neves e Clodoaldo Batista para assassinar a norte-americana em um crime encomendado por Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão. A irmã Dorothy, como era chamada, defendia o uso sustentável da floresta em áreas de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e vivia sob constante ameaça de madeireiros. Stang foi morta com seis tiros, no município de Anapu (PA).

Na suspeita envolvendo o filho de Feijoli, um agricultor acusa a família de ocupar ilegalmente parte de uma propriedade adquirida pela vítima há cerca de seis anos, no município de Sena Madureira (SC). “Eu comprei do cara e falei com ele (Amair) para pagar pela terra, que é minha. Ele falou que ia pagar, mas passou dois anos me enrolando. Encontrei ele em um bar, perguntei se ia pagar e ele

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

disse que não ia pagar, que não queria conversa”, disse o agricultor. Ele conta que, após esse diálogo, desferiu um golpe com taco de sinuca na cabeça de Amair, com quem travou luta corporal. Em seguida, Patrick se armou e desferiu dois tiros contra o agricultor, que precisou fugir para a mata para se proteger.

Segundo o relato da vítima, essa discussão teria ocorrido em abril deste ano, mas esse não seria um caso isolado. O agricultor relata que Amair é conhecido por ameaçar produtores da região e que anda armado, com segurança, com o objetivo de intimidar quem vive na região. Já o advogado da família de Amair sustenta que seu cliente foi vítima de uma tentativa de homicídio. "Não morreu por sorte, porque houve um revide, pegou essa paulada na cabeça por trás. Existe no Acre um movimento muito estranho e ilegal dando força para esses invasores desrespeitarem uma área que vai ser comprovada que está escriturada no Amazonas, existe um proprietário e não foi invadida", afirmou ao G1.

As suspeitas não param por aí. Em 2021, Amair também foi investigado por desmatar ilegalmente uma área de 600 hectares, ação denunciada por um grupo de 40 moradores da Unidade de Conservação Ambiental Floresta Estadual Antimary, localizada na BR-364, no interior do estado do Acre. Segundo a denúncia recebida pela Promotoria de Justiça, Amair havia se mudado para uma propriedade na área, bloqueando alguns ramais de acesso, derrubando árvores ilegalmente e criando gado. Na última semana, o Batalhão de Policiamento Ambiental voltou a fim de investigar novas denúncias de crimes ambientais. A diligência prendeu três homens que estavam derrubando árvores na unidade de proteção ambiental. A polícia acredita que eles eram contratados por Amair Feijoli.

Dados do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) apontam que só de janeiro a maio deste ano, as propriedades ocupadas pela família de Amair tiveram mais de 225 hectares desmatados. Nesse mesmo período, só a filha dele, Patrícia Coutinho da Cunha, acumulou mais de R\$ 1 milhão em multas por crimes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ambientais cometidos na Unidade de Conservação Ambiental Floresta Estadual Antimary.

A Fazenda Canaã, citada no começo da reportagem, é alvo de uma ação civil pública que pede a desocupação da propriedade. Na ação, o Ministério Público Federal do Acre pede ainda indenização por danos ambientais e pelo tempo de usufruto da área, um valor que supera R\$ 5 milhões. Amair Feijoli e Patrícia Coutinho da Cunha estão entre os citados no documento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br